Revista Eletrônica ACERVO CIENTÍFICO
ISSN 2595-7899

Educação infantil e relações étnico-raciais: uma revisão bibliográfica sobre os caminhos para uma prática antirracista

Early childhood education and ethnic-racial relations: a bibliographic review on the pathways to an antiracist practice

Educación infantil y relaciones étnico-raciales: una revisión bibliográfica sobre los caminos hacia una práctica antirracista

Gabriela Alves Marinho Rezende[1], Rodrigo de Oliveira Gomes[2].

RESUMO

Objetivo: O presente artigo busca refletir a educação infantil e as relações étnico-raciais para uma abordagem antirracista desde a infância. **Revisão bibliográfica:** A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica dos(as) principais autores e legislações das últimas três décadas que trazem relevância para as pautas raciais e da educação infantil brasileiras. Os resultados mostram a educação infantil e relações étnico-raciais na trajetória educacional do país, diante das lutas do movimento negro e os avanços conquistados como legislações, diretrizes e estudos sobre a luta antirracista. Além disso, conceitua termos como racismo e raça e como eles afetam o desenvolvimento da criança negra, interferindo na construção da identidade, aprendizagem, emocional e autoestima. Logo, uma discussão sobre a luta antirracista nessa faixa etária de escolarização, contribui para a educação das relações étnico-raciais por meio de práticas que valorizem a diversidade racial no país. **Considerações finais:** Conclui-se com a percepção de que as práticas antirracistas devem acontecer no cotidiano da educação infantil, trazendo representações e valorizações das pessoas negras, por meio de propostas pedagógicas comprometida com o desenvolvimento da criança e da equidade racial.

Palavras-chave: Relações étnico-raciais, Educação infantil, Prática antirracista.

ABSTRACT

Objective: This article aims to reflect on early childhood education and ethnic-racial relations for an anti-racist approach from childhood. **Literature review:** The methodology used was a literature review of the main authors and legislation of the last three decades that are relevant to racial issues and early childhood education in Brazil. The results show early childhood education and ethnic-racial relations in the country's educational trajectory, in light of the struggles of the Black movement and the advances achieved such as legislation, guidelines, and studies on the anti-racist struggle. Furthermore, it conceptualizes terms such as racism and race and how they affect the development of Black children, interfering in the construction of identity, learning, emotional development, and self-esteem. Therefore, a discussion about the anti-racist struggle in this age group contributes to the education of ethnic-racial relations through practices that value racial diversity in the country. **Final considerations:** In conclusion, it is clear that anti-racist practices should be present in the daily routine of early childhood education, bringing representations and appreciation of Black people through pedagogical proposals committed to child development and racial equity.

Keywords: Ethnic-racial relations, Early childhood education, Anti-racist practice.

[1] Especialista em Educação Infantil. Juatuba – MG.
[2] Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG), Belo Horizonte – MG.

SUBMETIDO EM: 12/2025 | **ACEITO EM: 1/2026** | **PUBLICADO EM: 2/2026**

RESUMEN

Objetivo: Este artículo busca reflexionar sobre la educación infantil temprana y las relaciones étnico-raciales para un enfoque antirracista desde la infancia. **Revisión de la literatura:** La metodología utilizada fue una revisión de la literatura de los principales autores y la legislación de las últimas tres décadas relevantes para las cuestiones raciales y la educación infantil temprana en Brasil. Los resultados muestran la educación infantil temprana y las relaciones étnico-raciales en la trayectoria educativa del país, a la luz de las luchas del movimiento negro y los avances alcanzados, como la legislación, las directrices y los estudios sobre la lucha antirracista. Además, conceptualiza términos como racismo y raza y cómo afectan el desarrollo de los niños negros, interfiriendo en la construcción de la identidad, el aprendizaje, el desarrollo emocional y la autoestima. Por lo tanto, una discusión sobre la lucha antirracista en este grupo de edad contribuye a la educación de las relaciones étnico-raciales a través de prácticas que valoran la diversidad racial en el país. **Consideraciones finales:** En conclusión, es evidente que las prácticas antirracistas deben estar presentes en la rutina diaria de la educación infantil temprana, aportando representaciones y valorización de las personas negras a través de propuestas pedagógicas comprometidas con el desarrollo infantil y la equidad racial.

Palabras clave: Relaciones étnico-raciales, Educación infantil, Práctica antirracista.

INTRODUÇÃO

A criança começa a sua trajetória escolar na Educação Infantil, conforme descrito na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN - lei nº 9.394/1996), artigo 29º, que tem por finalidade o desenvolvimento integral da criança até os cinco anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. Essa etapa da educação caracteriza-se pelo ato de cuidar e educar, fase em que a criança começa a construção da identidade, relacionando as suas semelhanças e diferenças com outros sujeitos além da família, assim como sua percepção de mundo e sociedade (BRASIL, 2017).

No artigo 5° da Constituição Federal de 1988, a lei garante a igualdade de direitos aos cidadãos independente de qualquer distinção, como classe social, raça, gênero, religião ou qualquer diferente condição. A Constituição nos traz a igualdade dos sujeitos perante a lei, diante disso a formação das crianças desde a educação infantil deve transmitir e consolidar os conhecimentos pautados no respeito, valorização das diferenças e promoção da erradicação dos preconceitos.

De acordo com os estudos de Gomes NL e Jesus RE (2013), o movimento negro brasileiro, em união com aliados da luta antirracista, mostrou os avanços nas efetivações dos direitos educacionais e sociais em prol de superar as representações sociais, discursos e as práticas racistas na educação. A lei 10.639/2003 foi aprovada em resposta às demandas do movimento negro, tornando obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira, assim como o artigo 26-A da lei 9.394/1996, futuramente alterado pela lei nº 11.645/2008, trazendo a obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

A metodologia utilizada na pesquisa científica foram a revisão bibliográfica. De acordo com Marconi MA e Lakatos EM (2017), a revisão bibliográfica deve possuir rigor metodológico, trazendo clareza a seus objetivos e pode ser compreendida como um processo sistemático de levantamento, leitura e análise crítica de obras importantes sobre o tema, permitindo ao pesquisador desenvolver e construir sua base teórica, identificando as lacunas teóricas e as discussões atuais relevantes ao seu estudo.

O presente estudo tem o objetivo de analisar a educação infantil e as relações étnico-raciais para uma prática antirracista, utilizando elementos teóricos fruto de estudos, pesquisas, legislações brasileiras e autores antirracistas. A justificativa para a escolha do tema abordado dá-se pela importância das discussões e reflexões voltadas para a educação infantil em relação às pautas antirracistas, visando à disseminação de estudos pautados no combate ao racismo e suas reproduções estruturais desde o início da escolarização do sujeito na sociedade brasileira.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Relações étnico-raciais no Brasil dialogadas com a educação infantil

Ao decorrer da trajetória educacional brasileira, legislações, pesquisas e discussões foram crescendo no Brasil acerca de afirmações e valorizações da população negra. O movimento negro foi propulsor das conquistas educacionais voltadas às pessoas negras, visando a melhoria na qualidade do status e superação da exclusão social. Diante da luta antirracista, intelectuais negros perceberam a importância e impacto da escola na sociedade, então reivindicações por direitos educacionais passaram a ser pautas para a inclusão da cultura negra, suas lutas e contribuições para a construção do país, que deveriam ser inseridas no sistema educacional, de modo a colaborar contra a discriminação racial (BRASIL, 2005).

A educação infantil no Brasil constituiu-se com distinção de perspectivas para diferentes grupos raciais e econômicos. Os jardins de infância, ofertados para indivíduos em situações econômicas melhores, buscavam o desenvolvimento social, afetivo e cognitivo da criança. Enquanto no ponto de vista sanitarista, as instituições eram voltadas para sujeitos negros e pobres, em que os atendimentos das creches priorizavam hábitos de higiene e atitudes sociais (JANUÁRIO E, et al., 2021).

Nessa perspectiva, os estudos de Kuhlmann JR (2010) constatam a proposta assistencialista voltada para crianças pobres, pensando na necessidade das mulheres de baixa renda, em sua maioria negras, possuírem um local a deixarem seus filhos e a fim de utilizarem seu tempo em serviços domésticos. Ou seja, as propostas não foram pensadas visando a formação integral das crianças negras perante práticas pedagógicas, mas sim como controle da formação comportamental. Colocando a educação infantil como um local para o cuidado das crianças, atendendo as necessidades das mães que trabalhavam.

Embora o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) assegure, em seu artigo 53, a igualdade de acesso, permanência e o direito ao respeito pelos educadores (BRASIL, 1990), a efetivação desses direitos não ocorreu historicamente para a população negra. Segundo Januário E, et al. (2021), o racismo estrutural e a herança do limitaram as oportunidades socioeconômicas desse grupo, contradizendo a igualdade legal. Diante desse cenário, foi fundamental a trajetória de militância do movimento negro para impulsionar a democratização do ensino e conquistar o estabelecimento de leis e diretrizes específicas para as relações étnico-raciais (GOMES NL e JESUS RE, 2013).

Tendo em vista as leis 10.639/2003 e 11.645/2008, assim como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e cultura Afro-Brasileira e Africana. Foi estabelecida a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ) (BRASIL, 2024), com objetivo de “implementar ações e programas educacionais voltados à superação das desigualdades étnico-raciais e do racismo nos ambientes de ensino, bem como à promoção da política educacional para a população quilombola.” Pensado para a educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.

Na perspectiva da luta antirracista, Almeida SL (2019) traz em seu livro estudos sobre a estrutura do racismo na sociedade, sendo organizada nas relações sociais, políticas e econômicas, presentes nas leis e cotidiano. Uma das características do racismo estrutural está na negação do próprio racismo como um sistema de opressão e a defesa da ideia de humanidade universal. Combinação essa que permite construir relações de desigualdade, sem visibilidade para as diferentes identidades raciais participantes do processo de construção das relações. Essa dinâmica de ocultamento sustenta a desigualdade em que Silva AA (2022) pontua, as relações de poder atravessam os currículos e favorecem a cultura eurocêntrica na educação das crianças, desconsiderando os preconceitos étnico-culturais inseridos no meio social e herdados do período de colonização no Brasil.

Dessa forma, o racismo estrutural afeta a expressão material, relacionada aos bens concretos, como educação e saúde, enquanto a expressão simbólica se manifesta nas representações de estereótipos e discursos. Esse fator prejudica o desenvolvimento infantil, sustentado pela lógica de uma sociedade que nega os privilégios brancos e promove a subestimação das pessoas negras (JANUÁRIO E, et al., 2021). É nesse contexto que a educadora Sueli Carneiro (2005, apud JANUÁRIO E, et al., 2021, p. 36) define o

conceito de epistemicídio: uma violência racista que opera reproduzindo a ideia de inferioridade intelectual, colocando a população negra como sujeitos incapazes de produzir conhecimento e subjugando sua cognição com base apenas no pertencimento racial.

O racismo impede as crianças de terem acesso aos seus direitos, pois não possuem referências positivas relacionadas às suas características físicas, além das discriminações presentes na sociedade. Consequentemente, as crianças negras começam a internalizar uma visão negativa e desvalorizada de si mesmo e dos seus semelhantes, afetando na construção e reconhecimento da identidade e autoestima (JANUÁRIO E, et al., 2021). Esse processo é determinante pois conforme, Bento MAS (2012) a identidade se caracteriza na convivência com outro desde o início da vida, sendo pessoas da família, professores ou responsáveis pelos seus cuidados. Em meio ao contato com outro ser humano, diante dos toques, falas e gestos, a criança atribui o valor e a consciência do seu corpo. Dessa forma, a identidade está relacionada também à cidadania e as crianças constroem sua identidade racial nas diferenças raciais apresentadas no meio social.

Perante as discussões raciais, entende-se o termo “raça”, como uma categoria socioantropológica utilizada para designar grupos sociais de acordo com suas características fenotípicas e traços culturais, aplicadas como justificativa para a hierarquização social nas relações, políticas, sociais e econômicas, no sentido de colocar determinado grupo social em posição de superioridade (JANUÁRIO E, et al., 2021). O entendimento pode ser complementado com a contribuição de Almeida SL (2019), em que as características físicas, como traços corporais e cor da pele, apontam aspectos étnico-culturais, relacionando a identidade à origem geográfica, tradições culturais e língua.

No processo de socialização da criança, ela compreende a sociedade, suas regras e a leitura de mundo. No início da vida, a família e escola são primordiais na apresentação e significação do mundo, no qual a experiência escolar com o contato com outras crianças e adultos possuindo conhecimentos e vivências diferentes daquelas ofertadas pela família, possibilita outras interpretações da sociedade (CAVALLEIRO ES, 2000). Estabelecido na Base Nacional Comum Curricular (2017), “a instituição precisa conhecer e trabalhar com as culturas plurais, dialogando com a riqueza/diversidade cultural das famílias e da comunidade”.

Logo, as interações sociais da infância afetam diretamente o desenvolvimento das crianças, podendo atribuir efeitos positivos e negativos. As crianças negras, desde a idade que começa a compreender e explorar o mundo, já percebem os efeitos do racismo presentes na sociedade e a educação infantil pode possuir uma influência fundamental (JANUÁRIO E, et al., 2021).

Os cuidados não são limitados às necessidades físicas para as crianças, estendem-se ao afeto, que são fundamentais para estabelecer o desenvolvimento da criança trabalhando a confiança e a segurança por meio do aconchego e da atenção recebida. A interatividade entre adultos e crianças quando ofertada com desigualdade no oferecimento de afeto possuindo o pertencimento racial como critério de distinção, deve ser entendida como uma atitude racista, ferindo o pilar cuidar presente na educação infantil (JANUÁRIO E, et al., 2021).

Conforme Mata FFR (2015), “a existência da discriminação no ambiente escolar é frequentemente negada, porém, a sua reprodução acontece de forma sutil por meio de várias representações que fazem parte da cultura escolar”. Existe o ocultamento da representatividade na educação infantil, em que as crianças não encontram conteúdos e materiais que abordem a identidade negra ou povo brasileiro por meio de imagens, livros, filmes ou músicas (OLIVEIRA, 2012 apud SILVA OHF e OLIVEIRA GR, 2024).

Os possíveis efeitos do racismo no desenvolvimento infantil estão relacionados à rejeição da própria imagem e semelhantes, à construção da identidade racial desvalorizada, impactando na sua socialização, autoconfiança e autoestima, assim como restrições no desenvolvimento da capacidade intelectual (JANUÁRIO E, et al., 2021).

Desse modo, na primeira etapa de escolarização da criança, necessita-se do reconhecimento da raça como fator para combater o racismo e os impactos nas vidas das crianças negras, almejando que seu

processo de socialização, fundamental para a construção da identidade, ocorra com impactos positivos e possibilitando o desenvolvimento integral e saudável. Sendo direito das crianças frequentarem instituições de ensino preparadas para abordar e trabalhar a diversidade racial presente na sociedade, respeitando, valorizando e atribuindo visibilidade, a fim que as crianças atribuam à população negra aspectos afirmativos.

Práticas antirracistas voltadas para a educação infantil

Reconhecer o racismo no ambiente escolar, inclusive suas nuances sutis, que ocorrem de forma silenciosa e despercebida, inicia-se a educação antirracista. Para buscar combater o racismo, precisa-se reconhecer sua existência no meio, para que enfim possa desenvolver estudos, estratégias e práticas que colaborem com a educação antirracista. O estudo das relações étnico-raciais contribui para a valorização da diversidade e o combate ao racismo, em que a construção da identidade negra está relacionada às experiências ocorridas na escola (FREITAS PC, 2016).

A implementação de uma educação antirracista exige, conforme Gomes (2017 apud CRUZ R, 2022), um currículo afroreferenciado que rompa com o silêncio histórico sobre o racismo e adote posturas ativas de combate à discriminação. Essa perspectiva teórica dialoga diretamente com as diretrizes da BNCC (BRASIL, 2017), especificamente no campo de experiências 'O eu, o outro e o nós', que proporciona o contato com diferentes grupos sociais e culturais. Portanto, a prática pedagógica deve alinhar a escuta atenta às vivências dos estudantes com a promoção de interações que valorizem as diferenças, fundamentais tanto para o fortalecimento da própria identidade quanto para o respeito à alteridade.

A trajetória pela luta antirracista começa pela educação infantil, diante da função primordial das instituições de ensino quando desenvolvem e ofertam a produção e disseminação do conhecimento como prática cotidiana. Em que não deve limitar-se às datas comemorativas, entretanto presente nas práticas diárias na rotina escolar, pois a ausência das representações contribui para a inferiorização e silenciamento (NASCIMENTO SS, 2022).

Diante do papel fundamental da escola no desenvolvimento humano e social do sujeito, a promoção e o trabalho na eliminação do racismo desde a educação infantil contribuem para a construção da identidade positiva e valorizada da diversidade racial. Fazendo com que as crianças muito pequenas conheçam, compreendam e envolvam na valorização e reconhecimento de diversos grupos étnico-raciais presentes na história e cultura do país (BRASIL, 2013).

O Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (PNI-DCNERER), cita o livro Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais ressaltando que

> *"o acolhimento da criança implica o respeito à sua cultura, corporeidade, estética e presença no mundo [...]. Nessa perspectiva, a dimensão do cuidar e educar deve ser ampliada e incorporada nos processos de formação dos profissionais para os cuidados embasados em valores éticos, nos quais atitudes racistas e preconceituosas não podem ser admitidas" (BRASIL, 2013).*

Em outras palavras, os profissionais da educação devem criar propostas e práticas pedagógicas que possibilitem as aprendizagens das crianças orientadas pela concepção do cuidar e educar, além dos eixos das interações e brincadeiras, sendo fundamentais no processo de desenvolvimento na educação infantil, possibilitando a aprendizagem da diversidade racial e cultural do meio de forma respeitosa almejando o combate ao racismo. O embasamento para as práticas que atendam o desenvolvimento de uma educação antirracista, precisa de professores e pedagogos com fundamentação nos estudos das relações étnico-raciais para que saibam lidar com a diversidade racial no ambiente escolar da comunidade e do país. Estando presente como uma das ações centrais para a educação infantil, assegurar a formação inicial e continuada de professores e demais profissionais da educação para a promoção de uma educação que valorize as relações étnico-raciais na incorporação de conteúdos sobre a cultura afro-brasileira e indígena (BRASIL, 2013).

Os instrumentos de ensino que direcionam o sistema educacional precisam da inclusão dos conteúdos curriculares antirracista em diversas perspectivas, precisando estar presente na formação dos professores, projetos pedagógicos, planos de trabalhos e planejamento dos professores (JANUÁRIO E, et al., 2021). Logo, as elaborações das propostas curriculares devem ser desenvolvidas de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, artigo 8, inciso IX, visa garantir *"o reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças com as histórias e culturas africanas e afro-brasileiras, bem como o combate ao racismo e à discriminação"* (BRASIL, 2009).

Nessa perspectiva, de acordo com o PNI-DCNERER, a realização de investigação, desenvolvimento para a criação e compra de materiais didático-pedagógicos que valorizem e respeitem a diversidade étnico-racial, gênero e pessoas com deficiência como brinquedos, jogos, livros e bonecas (BRASIL, 2013).

Em que as instituições de ensino precisam da destinação de recursos que possibilitem essa ação com quantidades de instrumentos suficientes para atender as crianças matriculadas e adequadas a etapa da educação infantil. Além de valorizar o pertencimento racial das crianças e a diversidade presente no meio e no país, com base no princípio da equidade, tais recursos atendem às crianças negras e famílias, desfrutam de bens culturais e acesso ao conhecimento e ao lazer (JANUÁRIO E, et al., 2021).

Nessa perspectiva de Araújo M (2015) fala sobre as bonecas negras ajudam na valorização da diversidade racial, por meio da representação de beleza e identidade, tornando a boneca mais do que um brinquedo isolado.

Silva OHF e Oliveira GR (2024), pontuam o uso da literatura como prática antirracista na educação infantil, possuindo como objetivo auxiliar no processo de formulação da identidade da criança negra, de modo que ela seja capaz de reconhecer-se nos livros através das imagens e características abordadas nos personagens da história.

O trabalho com a diversidade étnico-racial nessa etapa da educação, apontam os projetos como algo efetivo, sugerindo atividades no planejamento que incluam rodas de conversa, contação de histórias, pequenos filmes/vídeos, artesanatos, degustação de diferentes pratos de acordo com a culinária estudada, penteados e padrões de beleza (MENEZES, 2007 apud SANTOS ROF, 2019).

E, portanto, trazer representatividade através de histórias, representações visuais, jogos, artesanatos e culinárias dos diferentes grupos étnico-raciais, possibilita a formação da visão positiva das pessoas negras, valorizando suas contribuições na trajetória histórica, cultural, política e social do Brasil. A prática antirracista na educação infantil deve contemplar o desenvolvimento integral da criança no seu processo de socialização, construindo a sua identidade racial de forma respeitosa, com todas as outros presentes no país multirracial como o Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível identificar por meio da revisão bibliográfica, a trajetória da educação infantil diante das relações étnico-raciais brasileira, sendo marcada por silenciamentos, discriminação, preconceito e racismo perante a população negra. Fator que compromete o desenvolvimento da criança, afetando sua autoestima, aprendizagem, socialização e percepção de mundo. Apesar dos avanços relacionados as normativas do país, para trabalhar uma educação antirracista, são necessários que os profissionais da educação tenham no seu processo de formação os estudos sobre a temática, que a fundamentação teórica contribua para combater o racismo, iniciando com o reconhecimento dele no meio. As práticas devem levar em consideração dar as vozes às crianças negras, dando visibilidade e valorizando suas características físicas e semelhanças com outras pessoas de maneira positiva. Representações presentes no cotidiano, em diversos assuntos a serem abordados podem ser inseridas no planejamento e abordadas nas práticas, além das datas comemorativas. Diante disso, a educação antirracista começando desde a educação infantil, contribui para a transformação da sociedade e da exclusão dos negros em espaços de visibilidade e representação, trazendo de maneira educativa a construção das relações étnico-raciais.

REFERÊNCIAS

1. ALMEIDA SL. O que é racismo estrutural? São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
2. ARAÚJO M. Infância, educação infantil e relações étnico-raciais. Tese de Doutorado (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.
3. BENTO MAS. A identidade racial em crianças pequenas. In: RIBEIRO D (org.). Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais. São Paulo: CEERT, 2012.
4. BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1990.
5. BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1996.
6. BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2003.
7. BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2008.
8. BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular: educação é a base. Brasília, DF: MEC, 2017.
9. BRASIL. Ministério da Educação. Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília, DF: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.
10. BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 470, de 14 de maio de 2024. Institui a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2024.
11. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF: MEC, 2013.
12. CAVALLEIRO ES. Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2000.
13. CRUZ R. Educação antirracista e a prática docente: um olhar a partir da escrevivência e para as práticas das professoras da Escola M.E.F. Maria das Neves Lins (Bayeux-PB). Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022.
14. FANON F. Pele negra, máscaras brancas. Salvador: EDUFBA, 2008.
15. FREITAS PC. A educação das relações étnico-raciais na educação infantil: entre normativas e projetos políticos pedagógicos. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.
16. GOMES NL. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. Educação e Pesquisa, 2003; 29(1): 167-182.
17. GOMES NL, JESUS RE. As práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei nº 10.639/2003: desafios para a política educacional e indagações para a pesquisa. Educar em Revista, 2013; 47: 19–33.
18. JANUÁRIO E, et al. Racismo, educação infantil e desenvolvimento na primeira infância. São Paulo: NCPI, 2021.
19. KUHLMANN JR M. Infância e educação infantil: uma abordagem histórica. 5 ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.
20. MARCONI MA, LAKATOS EM. Fundamentos de metodologia científica. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2017.
21. MATA FFR. Protagonistas negros nas histórias infantis: perspectivas de representações da identidade étnico-racial das crianças negras em uma Unidade Municipal de Educação Infantil – UMEI. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.
22. NASCIMENTO SS. Educação antirracista na educação infantil: embates e possibilidades de enfrentamento. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2022.
23. SANTOS ROF. Diversidades étnico-raciais na Educação Infantil. Revista Educação Pública, 2019; 19(13).
24. SILVA AA. Questões étnico-raciais na educação infantil: entre saberes e experiências de professoras em um município no sul de Minas Gerais. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2022.
25. SILVA OHF, OLIVEIRA GR. A educação das relações étnico-raciais nas instituições de educação infantil em Minas Gerais. Revista Brasileira de Educação, 2024; 29: e290077.